

Marcus Vinicius Corrêa Bittencourt

**Controle
das Concessões
de Serviço Público**

Editora Fórum
Belo Horizonte
2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 35.078.6(81)
B624c
Código de barras: STJ00064638**

B624c BITTENCOURT, Marcus Vinicius Corrêa
Controle das concessões de serviço público. / Marcus Vinicius Corrêa
Bittencourt. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

204 p.

ISBN: 85-7700-009-5.

1. Direito administrativo, Brasil. 2. Servidor público, Brasil. 3. Servidor público, legislação. 4. Servidor público, concessões. I. Título.

CDD: 342.81

CDU: 35.08(81)

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Marcus Vinicius Corrêa. *Controle das concessões de serviço público*. Belo Horizonte: Fórum, 2006. 204 p. ISBN: 85-7700-009-5.



Sumário

Prefácio	
Marçal Justen Filho	9
<i>Capítulo 1</i>	
REGULAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	13
1.1 Considerações preliminares	13
1.2 Serviço público e diversidade de regimes jurídicos	22
1.2.1 Formação do serviço público	22
1.2.2 Noção de serviço público	25
1.2.3 Serviço público e regulação	27
1.3 Serviço adequado	37
1.4 Concessão de serviço público	45
1.5 Parcerias público-privadas.	52
<i>Capítulo 2</i>	
DEVERES-PODERES DO CONCEDENTE	55
2.1 Poder concedente	55
2.2 Natureza jurídica dos encargos	60
2.3 Importância do devido processo legal	66
<i>Capítulo 3</i>	
DEVERES-PODERES DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	73
3.1 Liberdade de empresa e intervenção estatal	73
3.2 Controle e fiscalização	78
3.2.1 Controle da qualidade do serviço	87
3.2.2 Prestação de contas pelo delegatário	89
3.2.3 Omissão na fiscalização	90
3.2.4 Fiscalização da modificação de controle no concessionário	91
3.3 Participação do usuário	94
3.4 Espécies de deveres-poderes de controle e fiscalização	99
<i>Capítulo 4</i>	
DEVER-PODER DE SANCIONAR	101
4.1 Considerações preliminares	101
4.2 Princípio da legalidade	104
4.3 Princípio da tipicidade	108
4.4 Modalidades de sanção	109
4.4.1 Advertência	110
4.4.2 Multa	111
4.4.3 Suspensão do direito de licitar e declaração de inidoneidade	112
4.4.4 Intervenção e caducidade	112
4.5 Alternatividade punitiva	113
4.6 Processo administrativo	114



4.7	Princípio da proporcionalidade	117
-----	--------------------------------	-----

Capítulo 5

	DEVER-PODER DE INTERVENÇÃO	119
5.1	Considerações preliminares	119
5.2	Natureza jurídica	121
5.3	Processo administrativo	127

Capítulo 6

	DEVER-PODER DE ALTERAÇÃO UNILATERAL	131
6.1	Conteúdo	131
6.2	Limites	134
6.3	Equilíbrio econômico-financeiro	137
6.3.1	Conceito de equilíbrio econômico-financeiro	139
6.3.2	Recomposição do equilíbrio	148
6.4	Dever-poder de modificação de tarifas e reajustes	150
6.4.1	Conteúdo	150

Capítulo 7

	DEVER-PODER DE EXTINÇÃO UNILATERAL	155
7.1	Considerações preliminares	155
7.2	Interesse público	156
7.3	Normas comuns a todas as hipóteses de extinção	161
7.4	Extinção por encampação	161
7.4.1	Conceito	161
7.4.2	Fundamento	163
7.4.3	Autorização legislativa	164
7.4.4	Devido processo administrativo	166
7.4.5	Indenização	168
7.5	Extinção por caducidade	169
7.5.1	Natureza jurídica	169
7.5.2	Pressupostos	172
7.5.3	Processo administrativo	176
7.5.4	Efeitos jurídicos da declaração de caducidade	178
7.6	Extinção por anulação	179
7.6.1	Conceito	179
7.6.2	Vício na licitação ou na contratação	180
7.6.3	Efeitos	181

	Conclusão	183
--	-----------	-----

	Referências	197
--	-------------	-----

Índice

205



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 35.078.6(81)

B624c

Código de barras: STJ00064638